



# Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

## Rearranjos políticos locais para o segundo turno

Em 22 de setembro, prefeitos da Baixada Santista entregaram uma carta assinada por oito dos nove chefes de Executivo locais e por um vice para o governador Rodrigo Garcia (PSDB). Eles manifestavam apoio à reeleição do tucano, com quem parte dos prefeitos se encontrou na Praça Independência, no Gonzaga. Naquela ocasião, ele demonstrava ganhar terreno em pesquisas eleitorais e era cotado para, palmo a palmo, disputar vaga no segundo turno da eleição estadual com Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos). Nem de longe foi o que aconteceu, e o PSDB deixará o comando do Palácio dos Bandeirantes após 27 anos – período só interrompido nas duas vezes em que Geraldo Alckmin renunciou para disputar a Presidência; foi substituído por Cláudio Lembo, do então PFL, em 2006, e por Márcio França, do PSB, em 2018. Com o segundo turno entre Gomes e Fernando Haddad (PT), é questão de saber para que lado irá a região. Ou os prefeitos, caso ande cada um por si.

## Na primeira hora

O único a não apoiar Garcia foi o prefeito de Mongaguá, Márcio Melo Gomes, o Márcio Cabeça (Republicanos), desde a primeira hora ao lado de Freitas, do mesmo partido.

## Nove da região

A Baixada Santista obteve um recorde em representatividade eleitoral, superando os oito nomes de 2006: foram nove – quatro deputados federais e cinco estaduais.

## Sob suas asas

Tende a ser destinada ao deputado federal eleito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) a missão de liderar o partido em São Paulo. Mais do que isso, de reconstruí-lo. No mínimo, de assegurar que, em 2024, mantenha a Prefeitura de Santos.

## Variáveis

Será uma tarefa difícil, à medida que a deputada federal Rosana Valle (PL) obteve maior votação que Barbosa e poderá ver no comando do Estado um colega de partido.

## Só depois

No intervalo de uma hora em que esperou para votar, o jornalista e fundador do PSDB Raul Christiano relatou ter se encontrado com o médico infectologista e ex-vereador Evaldo Stanislau, filiado ao PC do B. Questionado se votaria em Geraldo Alckmin (PSB), Christiano disse que “só no segundo turno, se houver, para presidente”.

## Antecipação

Alckmin, também fundador do PSDB e ex-governador paulista, é vice na chapa do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para o Planalto, Raul Christiano, que votou na Unidade Municipal de Educação Derosse José de Oliveira, no Boqueirão, optou por Simone Tebet (MDB), da federação com PSDB e Cidadania.



## Marina em Santos

Ex-ministra do Meio Ambiente, ex-senadora e deputada federal eleita, Marina Silva (Rede, foto) votou em Santos. Compareceu a uma das seções eleitorais do Campus 1 da Fundação Lusíada, no Boqueirão.

## Título transferido

Marina, nascida no Acre e que representou esse Estado no Senado por 16 anos, mora em Santos, onde vive a família de seu marido. Esteve em São Paulo pela primeira vez em 1979, para tratar malária e hepatite.

## Cores I

O candidato a deputado federal Ivan Sartori (Avante) foi votar no Colégio do Carmo, na Ponta da Praia, vestindo uma camisa personalizada da Seleção Brasileira. Tinha o número da candidatura nele nas costas. Uma propaganda silenciosa – e dentro da lei.

## Cores II

Ao ver uma eleitora com camiseta e adesivos de um candidato ligado ao presidente Jair Bolsonaro (PL), uma mulher perguntou a uma fiscal na Escola Estadual Olga Cury, na Aparecida, se era permitido. Ouviu que sim. Lamentou, pois não estava paramentada. Porém, se recuperou de imediato: “Tudo bem... Mas eu vim de vermelho”.



**DESESTATIZAÇÃO.** Denúncia é baseada na ilegalidade de demissões de servidores

## Vereadora quer suspender processo

» A vereadora Telma de Souza (PT) recorreu, na última semana, à Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo para suspender o processo de desestatização da Autoridade Portuária de Santos. A denúncia é baseada na ilegalidade de demissões de servidores públicos, como são considerados os trabalhadores do setor, em ano eleitoral.

A ex-prefeita de Santos explica que o processo de desestatização em curso quebra o vínculo empregatício dos funcionários da Autoridade Portuária, extingue

a função dos trabalhadores portuários avulsos, em razão do fim do chamado cais público e prejudica os beneficiários do Portus - o fundo de pensão dos portuários.

Ela também argumenta que o processo provocará insegurança jurídica no setor, especialmente no ambiente concorrencial entre as empresas, operadoras e terminais: "O governo federal atual quer acelerar esse processo por conta de interesses particulares. Mas está ignorando a lei eleitoral, que impede a violação do vínculo de trabalho para os funcioná-

rios da Codesp e os portuários avulsos, que se equiparam aos servidores públicos. É por isso que apresentei a denúncia por crime eleitoral, na defesa dos portuários e dos legítimos interesses do Porto e da Baixada Santista".

### RISCOS.

A ex-prefeita citou os riscos que surgem com essa pretendida privatização para as operadoras portuárias atuais, que são empresas privadas, e a operação com passageiros (cruzeiros). Especialistas portuários alertaram, como relata o documento protocolado por Telma, que o modelo sugerido para a privatização praticamente empurra o porto para o setor financeiro (bancos, fundos etc.), uma vez que operadores, armadores, usuários e outros interessados não poderão participar com mais de 40% da empresa que pretendem privatizar.

"Ainda temos o risco para a população local e para esses passageiros com a autorização para a instalação de um armazém de fertilizantes à base de nitrato de amônio", ressaltou a candidata.

Ela listou a tragédia da explosão de armazém de mesmo nitrato de amônio em Beirute, capital do Líbano, em agosto de 2020, que resultou em 200 mortes e na destruição quase total da cidade.

Telma também classifi-



A privatização portuária tem sido prioridade do governo federal

**Ela acredita na extinção da função dos trabalhadores portuários avulsos por conta do fim do cais público e prejuízo aos beneficiários do Portus**

cou como altamente preocupante o risco social a ser gerado pela perda de empregos e negócios de pequenos e médios operadores. "Mais de um terço do comércio exterior do Brasil passa pelo nosso porto, que é a maior riqueza da região.

A perda de postos de trabalho, tanto dos funcionários da antiga Companhia Docas de São Paulo (Codesp) como dos portuários avulsos, vem primeiro com essa

privatização e depois teremos reflexos, imensos, na economia geral das cidades, como a redução de ISS", afirmou Telma.

### APROVADO.

Vale lembrar que já foi aprovado pelo Governo o modelo e as condições para a privatização. A minuta do edital da privatização foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O que será privatizado é a gestão do porto, hoje executada pela Santos Port Authority, antiga Codesp. Os terminais já são privados.

As condições da privatização foram publicadas no Diário Oficial da União, mas precisavam ser aprovadas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) para ter validade.

O edital do leilão só deve ser publicado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) após o aval do TCU, que pode propor mudanças.

No final de junho, o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, chegou a prever a realização do leilão ainda este ano.

No entanto, o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia, Bruno Westin, afirmou que a realização do leilão vai depender da avaliação do Tribunal. (DL)